

Cabeça da nação, teatro do poder: a cidade-capital como objeto de investigação histórica¹

Marly Silva da Motta
Pesquisadora do CPDOC/FGV

“Aquilo que a cabeça é para o corpo, o Príncipe para os seus súditos, o Céu para a Terra, uma cidade metropolitana é para seus bairros, assentamentos clandestinos, aldeias e distritos. A cabeça atua no sentido de conservar todos os membros e todas as partes do corpo atuam em harmonia para ocupar o carro-chefe. (...) Se as rendas das províncias se amontoam na capital, que é para elas o grande magazine público e geral, esta “mãe” não utiliza esses rendimentos para fazer o bem a todas as suas crianças? A capital recebe, mas também restitui”.²

Intitulada *La Métropolitée* (1682), a obra acima citada inclui-se num conjunto de projetos que, no final do século XVII, dedicava-se a pensar essa “nova grande cidade”, a qual, para além de um aglomerado de casas e pessoas, era um efetivo centro de concentração do poder político, econômico e social, representado simbólica e efetivamente pela figura do “Príncipe”. Daí, a associação da cidade-capital às imagens de “mar”, “cabeça”, “mãe”, “céu”, deixando evidente a função de representação que, aos olhos dos contemporâneos, tal cidade assumia.

Ao destacar a relação entre a criação da cidade-capital e o estabelecimento das monarquias absolutas, Argan e Mumford³ chamam a atenção para a natureza recíproca desse processo. Ou seja, se, por um lado, a centralização da autoridade exigia a preeminência de uma cidade que sediasse o poder monárquico, por outro, essa capital, concentrando a força militar e a burocracia administrativa, impondo costumes e modas, e construindo a imagem da corte real, contribuía poderosamente para a unificação do Estado.

A consolidação do poder na cidade-capital levou, como era de se esperar, a uma subordinação dos outros centros menores, reduzidos, na maioria dos casos, a províncias de

¹ Trabalho apresentado no XVII Encontro Nacional da ANPUH. São Paulo, jul. 1993.

² Citado por Ricardo Mariani, *A cidade moderna: entre a história e a cultura*. São Paulo, Editora Nobel, p. 26.

³ Ver Giulio Argan, *L'Europe des capitales*. Genebra, Albert Skira, 1964, Lewis Mumford, *A cidade na história*. São Paulo, Martins Fontes, 1982.

segunda linha. Daí, porque Mumford se refere à “era das cidades absolutas”⁴ na medida em que, transformando-se em centros nacionais postos sob o olhar direto do rei, tinham a missão de impedir o lançamento de qualquer desafio à autoridade central. Desvencilhando-se do caráter municipal, as capitais, agora conectadas aos desígnios do soberano e de sua burocracia, assumiram uma função de representação que as transformou na imagem do Estado. Além do que, puderam, freqüentemente às expensas de outros centros urbanos, fazer crescer sua riqueza e sua população.

Mas esse papel de “sol” a ser desempenhado pela capital transbordou a esfera político-administrativa e invadiu outros domínios. Podia-se falar agora de um “estilo de vida” da capital – cosmopolita, modelador de linguagens, e difusor de “costumes civilizados”⁵ – e de um “modo provinciano”, o qual, periférico às grandes correntes culturais, estaria condenado ao atraso ou à imitação. Na capital, homogeneizadora e unificadora, os hábitos, costumes e modos de falar das províncias eram reformados à imagem da corte real. Desse modo, a força simbólica do “mito da unidade”, componente fundamental do imaginário político⁶, ligou-se indissolivelmente a esta criação política dos tempos modernos.

A elevação de determinada cidade à condição de capital decorria tanto de fatores percebidos como “naturais”, quanto de escolhas voluntárias e conscientes do poder absoluto. Do ponto de vista militar, por exemplo, era razoável que a capital se localizasse no centro do país, na medida em que sendo agora uma cidade aberta, não mais cercada de muros, sua defesa devia ser assegurada bem longe dos seus limites. Igualmente “natural” era a localização da capital em cruzamento de vias de irradiação econômica e de comunicação. De um ou de outro modo, no entanto, a escolha sempre foi resultado de um complexo processo de decisão política, em que foram avaliados não só os fatores ligados à esfera econômica ou militar, mais “materiais”, mas igualmente os da ordem simbólica e cultural, considerados pouco “racionais”. E, ademais, como destaca Mumford, os soberanos absolutistas usaram de todos os poderes do Estado para confirmar essas “vantagens”.⁷

O mesmo se pode dizer da transferência da capital de uma cidade para outra. Ao marcar de um modo diferente um determinado espaço, o “príncipe” não só exprimia as aspirações de mudar e/ou acompanhar as orientações da economia. Embora os fatores econômicos tivessem um peso expressivo no processo de tomada de decisão, a mudança da

⁴ Lewis Mumford, *A cidade na história*, op.cit., p. 387.

⁵ Ver Norbert Elias. *La civilisation des mœurs*. Paris, Calmam Levy, 1973.

⁶ Ver Raoul Girardet. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

⁷ Lewis Mumford. *A cidade na história*, op.cit., p. 393.

capital materializava uma nova época. Ou seja, ela deveria ser o símbolo maior de um projeto que visava, antes de tudo, apontar um “novo início” para a sociedade. Daí, o caráter de polarização que se estabelecia com a antiga capital, expressão de uma tradição que se pretendia transformar em passado.

A construção de São Petersburgo, iniciada em 1703, sob o patrocínio do Czar Pedro, o Grande, é o melhor exemplo disso. Voltada para o Báltico, base naval estratégica e importante centro de comércio, São Petersburgo deveria ser para o Império Russo, em termos físicos e simbólicos, “uma janela para a Europa”.⁸ Planejada por arquitetos europeus com um padrão arquitetônico de desenho retilíneo e geométrico, sem precedentes no Império, mas utilizado no Ocidente desde a Renascença, a nova capital deveria ser o símbolo da determinação da Rússia em ser “moderna”. Em contraposição, pois, à “velha” Moscou, berço das antigas tradições e guardiã da fé religiosa, São Petersburgo deveria ser o lar da nova cultura russa, secular e oficial. Prodigamente decorada e embelezada com fachadas de padrão ocidental – “capas de civilização” – São Petersburgo foi a expressão histórica de uma opção política e cultural que elegeu o modelo ocidental racional, matemático e abstrato – como um ideal a ser atingido. Desse modo, a nova capital representou, no movimento pendular da sociedade russa, o momento em que balança se inclinou favoravelmente à ocidentalização como a via capaz de transportar os russo em direção ao futuro.

Cidade representativa de um valor ideológico⁹, a capital deveria necessariamente ostentar uma forma urbana capaz de expressar que tudo se achava sob controle. Daí, as reformas urbanas que, ao longo do século XVII, transformaram algumas cidades européias em “monumentais” capitais barrocas, representação do que Mumford chamou de “a ideologia do poder”.¹⁰ Por meio dos planos de urbanistas como Blondell, Bullet, Platte e Wren, as capitais européias adquiriram uma forma urbana tipicamente barroca.

Mas o que significava ser uma capital barroca? Ampliando o conceito de barroco para além da limitada referência arquitetônica, observamos que ele é particularmente útil para o entendimento da sociedade européia do século XVII, na medida em que expressava os elementos contraditórios característicos dessa época. Ou seja, se na pintura e na escultura o que se revelava era a sensualidade, a emoção, e a extravagância, uma das principais marcas do

⁸ Marshall Bermann. Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo, Companhia das Letras, 1986, p. 171.

⁹ Refiro-me à ideologia como um sistema cultural no contexto da definição de Geertz: “sistema de símbolos que interagem ou padrões de significados que trabalham interativamente”. Clifford Geertz, A interpretação das culturas. Rio de Janeiro, Zahar, 1978, p. 178.

espírito barroco consistiu na organização do espaço segundo princípios matemáticos e racionais. Contemporânea da consolidação política e do crescimento da economia monetária, a mentalidade barroca, orientada por princípios abstratos (a perspectiva espacial, o tempo mecânico, o direito divino), e comprometida com uma expansão quantitativa sem limites, produziu um novo conceito de organização do espaço, do qual as capitais européias barrocas foram a expressão mais acabada. Muralhas foram derrubadas, espaços abertos e distâncias estendidas, largas avenidas bem traçadas se abriram, definidas por edifícios de fachadas uniformes; jardins geometricamente traçados formaram praças; configurando, assim, um espaço urbano pautado pela “lei, ordem e uniformidade”, como bem observou Mumford.¹¹

A imposição dessa ordem barroca às capitais absolutistas deu-se, como é fácil observar, em diversos graus de intensidade. Se Paris, sede da monarquia que reivindicaria a origem divina da autoridade real, tornou-se, não por acaso, a imagem por excelência da capital barroca, Londres, por outro lado, resistiu à tentativa do arquiteto Christopher Wren que, após o grande incêndio de 1670, planejou a uniformização e a ordenação do espaço urbano londrino. Nesse sentido, vale a arguta observação de Argan de que os planos urbanísticos eram, em última análise “tratados de política”, não sendo a política nada mais do que a construção da polis, da cidade ideal com relação à qual a forma visível da cidade real é como a forma da estátua em relação à figura do herói que ele celebra”.¹²

Dessa maneira, não é difícil entender que novos tipos de construção, muito específicos, - os prédios de bureau e os alojamentos militares – tivessem marcado a paisagem urbana das capitais barrocas. Afinal, era preciso que a burocracia e o exército – os dois braços da monarquia centralizada – tivessem uma presença efetiva na sede do governo, bastante visível, portanto, aos olhos dos súditos. Além do atendimento a problemas práticos ligados ao crescente volume da documentação administrativa e financeira, a substituição da supervisão pessoal direta – com o complicado deslocamento de funcionários reais – pela administração impessoal e a autoridade delegada, deveria ser assegurada através da construção de edifícios que, pela imponência, grandiosidade e uniformidade, compelissem à obediência e ao respeito. Atrás da delicada pena do perito em impostos ou do escrevente judiciário, deveria ser sentida a pesada mão do rei.

¹⁰ Lewis Mumford. A cidade na história, op.cit., p. 395.

¹¹ Id., *ibid.*, p. 399.

¹² Giulio Argan, História da arte como história da cidade. São Paulo, Martins Fontes, 1992, p. 117.

Os alojamentos militares concorriam com os prédios que abrigavam a burocracia. Entendendo a guerra como a principal “construtora de cidades”, Mumford considera a instituição do exército permanente como o fator decisivo da nova constituição da capital. E isso em função de vários aspectos. Em primeiro lugar, porque as tropas regulares exigiam formas especiais de habitação, o que demandou a ocupação de grandes espaços nas capitais por quartéis, arsenais e campos de instrução. Igualmente relevante era o impacto dessa massa de pessoas no mercado urbano. Tratava-se, afinal, de atender às exigências de um expressivo corpo de consumidores, que em Berlim, por exemplo, representava cerca de ¼ da população da cidade.¹³

No entanto, para além dessas formas mais mensuráveis do impacto do exército na configuração das capitais barrocas, vale ressaltar a introdução do modelo da disciplina e da ordem militares no espaço urbano. Como bem descreve Mumford:

“Os alojamentos militares têm na ordem barroca quase o mesmo lugar que o mosteiro na ordem medieval (...). A rendição de sentinelas, a instrução, os desfiles, passariam a constituir um dos grandes espetáculos de massa (...) o clangor da corneta e o rufo do tambor foram ruídos tão característicos dessa nova fase da vida urbana como o dobrar de sinos o fora na cidade medieval. O traçado das grandes Viae Triumphales, avenidas por onde podia marchar um exército vitorioso com o máximo efeito sobre o espectador, foi um passo inevitável no replanejamento das novas capitais, em Paris e Berlim. Tanto simbólica quanto praticamente, estabelecia o planejamento que todas as coisas se achavam sob controle”.¹⁴

Como símbolo e manifestação da aceleração do movimento e da conquista do espaço, a avenida ocupou igualmente um lugar relevante na caracterização das capitais barrocas. Essa relevância ligou-se, por um lado, às exigências da movimentação militar. O deslocamento mais rápido das tropas em seus cavalos e carroças, bem como a demonstração de força oferecida pela solene parada, demandavam a existência de avenidas longas e largas.

No entanto, a par essa utilização militar, a avenida atendeu também às necessidades do tráfego sobre rodas e de um conseqüente desenvolvimento dos transportes urbanos. Pessoas e mercadorias passaram a circular mais rápida e livremente, em função de uma expansão do comércio jamais vista. Mercados abertos e esporádicos tendiam a

¹³ Cf. Lewis Mumford. A cidade na história, op.cit., p. 394.

¹⁴ Id. Ibid., p. 394.

desaparecer. A partir do século XVII, foram-se espalhando as lojas fechadas onde, por trás das vitrines, produtos eram exibidos prontos para serem consumidos. “Fazer compras” tornou-se uma atividade, ao mesmo tempo, mais comum e mais excitante. A parada das lojas, como lembrou Mumford, era a contrapartida feminina da parada militar. E, como tal, impunha a “ditadura” da moda, do gosto e das “boas Maneiras”, visando, sem dúvida, a universalização de hábitos, costumes e modos de comportamento.

Dessa maneira, mais do que produtos, o que estava à mostra nas lojas das capitais do século XVII era a “civilização”, conceito amplo que abarcava também desenvolvimento tecnológico, conhecimento científico e idéias religiosas, constituindo um universo de valores capaz de garantir a coesão interna e a identidade social. Com uma clara função unificadora, a “civilisation des moeurs” expressaria, no dizer de Norbert Elias¹⁵, a própria consciência nacional.

Nesse sentido, tornou-se característico do estilo urbano das grandes capitais o desenvolvimento da sociabilidade intelectual, expressa em redes de relações e exercida em determinados lugares e meios – universidades, academias, institutos, salons e cafés, centros de estudos, e revistas¹⁶ - o que conduz a uma reflexão sobre a função intelectual da capital e as relações centralidade – periferia. Estamos interessados sobretudo em entender a atuação dessa intelectualidade “metropolitana”, “da Corte”, cuja proximidade física com o centro do poder conferiu-lhe um caráter todo especial.

Darnton¹⁷ chama atenção para a teia de interesses recíprocos que marcou a relação entre a monarquia absoluta e os philosophes parisienses do século XVIII. De um lado, a “proteção”, dada pelo Estado, através de um sistema de concessão de gordas pensões, gratifications e traitements, era conferida àqueles seguramente instalados em le monde, ou seja, escritores de prestígio no mundo das letras e, principalmente, com fácil trânsito na “sociedade de corte”. A moeda de troca desses intelectuais não era, como se poderia esperar, apenas produzir escritos que propagassem uma imagem favorável ao regime. A Axadémia Française, por exemplo, rendeu-se aos filósofos iluministas a partir de meados do século XVIII. O que verdadeiramente interessava às autoridades do “antigo regime” (e de outros “regimes” que se seguiram) era a capacidade dos intelectuais de, na qualidade de especialistas da dimensão simbólica, delinearem um perfil para a sociedade como um todo, garantindo-lhe

¹⁵ Ver Norbert Elias. La civilisation des moeurs, op.cit.

¹⁶ Ver Nicole Racine e Michel Trebitsch (dir.). Sociabilités intellectuelles: lieux, milieux, réseaux, Les Cahiers de IHTP. Paris, (20), mar. 1992.

¹⁷ Ver Robert Darnton. Boemia literária e revolução. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

uma identidade própria. Daí, a formação de uma elite intelectual “da corte” que, tal como a burocracia e o exército, fosse capaz de favorecer a concentração do poder, cumprindo uma missão que lhe era específica como porta-voz de valores universais e globalizantes, a “missão civilizadora”. Desse modo, alerta Darnton, a produção intelectual que verdadeiramente abalou o antigo regime foi a daquela “multidão de versejadores e pretensos escritores que inundava Paris vinda da província”¹⁸, os quais, não encontrando formas de sobrevivência e nem espaço de realização na capital, voltaram-se para uma literatura panfletária pornográfica, de forte teor contestatório a valores universais da “boa” sociedade. Nesse monde virado às avessas, o combate ao antigo regime deu-se, portanto, através da violenta negação dos princípios identificados com as “luzes” da bela capital francesa.

Sede efetiva do poder absoluto, a capital barroca era o principal cenário do ritual da corte, assim descrito por um contemporâneo:

“Oh, a galante vida da Corte, onde tantas são as possibilidades de contentamento, como se na Terra estivesse o Paraíso do Mundo: a majestade do soberano, a soberania do conselho, a honra dos Lords, a beleza das Ladies, a atenção dos oficiais, a cortesia dos cavalheiros, os serviços divinos da manhã e do anoitecer, os discursos espirituosos (...) os delicados manjares (...) com excelente música e vozes adoráveis, mascaradas e dramas, danças e cavalgadas, diversidade, de caças (...) baixela rica, jóias preciosas, carruagens principescas, edificações reais e arquitetura rara (...) e na corte amorosa essa carruagem do contentamento de tal forma põe o espírito no regaço do prazer (...)”.¹⁹

¹⁸ Id. Ibid., p. 27.

¹⁹ Nicholas Breton, citado por Lewis Mumford. A cidade na história, op.cit., p. 408.

Embora tivesse ocupado um lugar central na maioria das monarquias européias nos séculos XVII e XVIII, a Corte, entendida com um simples instrumento de controle ideológico da classe dominante, foi estigmatizada, por uns, por seu caráter frívolo, e negligenciada, por outros, em virtude da artificialidade do seu comportamento. Elaborado no contexto cultural e geracional da década de 1940, A sociedade de corte, de Norbert Elias, levantando o véu de sarcasmos e censura que recaía sobre tal objeto de estudo, recuperou a centralidade da Corte como órgão representativo das estruturas sociais do século XVII, especialmente na França. Para Elias, a Corte era o filtro por onde circulava a relação entre o Rei e o país; o Estado absolutista seria, na verdade, uma extensão da sociedade de corte:

“Mesmo o mais autoritário dos reis só podia agir sobre o país servindo-se de homens que viviam na corte. Assim, a corte e a vida de corte estavam na origem de todas as experiências, na origem da idéia que os reis absolutistas do antigo regime tinham dos homens e do mundo (...) os atos do rei, mesmo os mais ‘privados’, tinham o caráter cerimonial de ações de Estado, tal como qualquer ação de Estado nele revestia o caráter de uma realização pessoal do rei”.²⁰

Solidamente hierarquizada, tal sociedade, cuja moeda mais valorizada era o cerimonial e a etiqueta, sustentava-se num movimento perpétuo em torno do prestígio e do privilégio e o privilégio. Ser duque era parecer duque, ou seja, a existência social do indivíduo, e principalmente a sua identidade, dependiam de uma correta inserção na “boa” sociedade. Desse modo, a atração que a Corte exercia ligava-se menos à dependência financeira em relação ao rei, e mais à possibilidade de garantir o “isolamento”, e portanto, a diferenciação em relação ao resto da sociedade. O ritual da corte, onde cada um – a começar pelo rei – certificava-se, através dos outros, do seu prestígio e das suas oportunidades de poder, era, na verdade, uma auto-representação da sociedade.

Na Inglaterra, o processo de definição da realeza se deu de outra maneira, resultando na constituição de uma corte que guardou sensíveis diferenças em relação à francesa. Como nos mostrou Kantorowics, os juristas da Coroa inglesa, marcados por uma longa tradição parlamentar, conferiram “dois corpos” ao rei, um natural e outro político, concedendo a este último a “soberania”, “consisting of Policy and Government, and constituted for the Direction of the People, and the Management of the public weal...”.²¹ Ao contrário da França, onde o rei era a personificação do poder, na Inglaterra, o corpo político

²⁰ Norbert Elias. A sociedade de corte. Lisboa, Editorial Estampa, 1987, p. 20.

do reino era o “rei no Parlamento”. Não por acaso, o principal ritual da corte inglesa era a “visita” do rei às câmaras dos lordes e dos comuns, cujos prédios tinham o mesmo valor simbólico que o palácio real.

Pode-se concluir, pois, que as capitais barrocas, tal como foram concebidas formalmente, tornaram-se um palco apropriado para a encenação do poder. Como argutamente percebeu Mumford, “os novos urbanistas (...) eram igualmente cenógrafos. A própria cidade nova era, na realidade, um ensaio de desenho cênico formal: um telão de fundo para o poder absoluto”.²²

As relações entre a arte do governo e arte de representar têm despertado o interesse de estudiosos dos fenômenos políticos. Balandier, em seu livro sugestivamente intitulado O poder em cena, destaca a utilização de “técnicas dramáticas” como um recurso particularmente importante para a conquista e conservação do poder pelo “príncipe”. Introduzindo na análise do fato político, em geral pautada pela racionalidade e objetividade, elementos de subjetividade e relativismo oriundos da antropologia, o autor francês valoriza o papel do imaginário como “iluminador” do fenômeno político, já que “[o poder] não consegue manter-se nem pelo domínio brutal e nem pela justificação racional. Ele só se realiza e se conserva pela transposição, pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos e sua organização em um quadro cerimonial”.²³ Ressaltando a atualidade da afirmação de Paul Valéry de que na política “tudo se sustenta por magia”, Balandier considera que a relação política se estabelece sobre o imaginário e suas projeções dramatizadas.

As práticas ritualizadas da Corte – o quadro cerimonial, a liturgia, os dispositivos simbólicos – tiveram, assim, um profundo alcance político. Ao exprimir o poder e assumir um ar sagrado, a cidade-capital exercia o papel de “pedagoga coletiva”, requerendo lealdades e fidelidades, e promovendo a unidade.

Negligenciadas, e até mesmo consideradas suspeitas, por sua aparência oficial e artificial, as festas e as comemorações, os rituais e os cerimoniais, os mitos e as mitologias políticas, ao fornecerem chaves explicativas para o entendimento do presente e exercerem um papel mobilizador, tornaram-se objetos atraentes para historiadores e cientistas políticos. Desse modo, as representações do imaginário político, simbólicas e subjetivas, até então

²¹ Ernest Kantorowicz. The King's two bodies. New York, Princeton Univ. Press, 1957, p. 7.

²² Lewis Mumford. A cidade na história, op.cit., p. 411.

²³ Georges Balandier. O poder em cena. Brasília, Editora da UnB, 1980, p.7.

vistas como meras “construções ideológicas de dominação e controle”, conquistaram um significativo espaço no quadro da atual renovação da história política.

Recuperando a “efervescência mitológica” que marcou o ambiente político da Europa nesses dois últimos séculos, Raoul Girardet destaca a configuração de quatro “constelações mitológicas”, ou seja, “conjuntos de construções místicas sob o domínio de um mesmo tema”: a Conspiração, a Idade de Ouro, o Salvador e a Unidade.²⁴ Embora os papéis e as funções que lhes foram atribuídos tivessem variado no tempo e no espaço, prevaleceram os fatores de permanência e identidade.

Componente fundamental da religião cristã – o mistério da trindade una, a última ceia e a unidade com Cristo – a temática da Unidade revela uma teia singularmente densa de imagens e símbolos. A cidade-capital é um deles. A construção simbólica da capital como o lugar garantidor da “grande e nobre unidade da pátria” ligou-se segundo Girardet, à própria fundação da história nacional francesa. Michelet, por exemplo, em sua *Histoire de France*, consagrou um longo capítulo a Paris. Tal como em *La Métropole*, a capital francesa aparece alimentando-se da carne e do sangue de cada uma das províncias francesas, num processo positivo de transformação, mediante o qual constituiu-se “no ponto de convergência e de fusão de todas as realidades francesas, em torno do qual pôde-se manifestar a ‘alta e abstrata realidade da Pátria’”. Repelindo o “espírito local”, Paris, “grande e completo símbolo do país”, pôde assegurar a vitória “dessa nobre e pura generalização do espírito moderno” sobre a confusão de “interesses individuais” característica da “barbárie”.²⁵

A constituição da grandeza da França, e de outras monarquias européias, estava, pois, intimamente ligada à capacidade de suas capitais de não só comandar, mas principalmente de aglutinar as diferentes províncias num conjunto harmonioso, e ao qual caberia a elas fornecer toda a significação. Tarefa difícil, que dependia de um trabalho cuidadoso de elaboração de uma memória, que conferisse a essa cidade o papel de “capital virtual” anterior à “capital real”. Ou seja, seria sobre sua própria “história”, construída em mitos de fundação, monumentos e prédios, cerimônias e rituais – “lugares de memória, na acepção de Pierre Nora²⁶ - que a cidade-capital poderia fundar seu prestígio. Nesse sentido,

²⁴ Ver Raoul Girardet, op. cit., p. 11.

²⁵ Id. Ibid., p. 156-158.

²⁶ “La disparition rapide de notre mémoire nationale m’avait semblé appeler un inventaire des lieux où elle s’est effectivement incarnée et qui, par la volonté des hommes ou le travail des siècles, en sont restés comme les plus éclatants symboles: fêtes, emblèmes, monuments et commémorations, mais aussi éloges, dictionnaires et musées”. Pierre Nora, “Présentation”, em Pierre Nora (org.), *Les lieux de mémoire*, vol. I, La République, Paris, Gallimard, 1984, p. VII.

ela própria se torna um documento, cuja arqueologia permite recuperar itinerários que nos conduzem a uma melhor compreensão dos “sonhos, desejos e medos” da sociedade. A espaçosa e protetora cúpula de Brunelleschi para a igreja de Santa Maria del Fiore, em Florença, “ampla a ponto de cobrir todos os povos toscanos”,²⁷ ou ainda, a mesquita/catedral de Toledo, instrumento de assimilação e tolerância, não devem ser vistas apenas como marcas de um passado que se foi, mas sim de um passado que permaneceu presente, uma memória feita espaço.

“Mar”, “cabeça”, e “mãe”. É pois em função do exercício dessa multiplicidade de funções e de papéis muito específicos, que as capitais – como o Rio de Janeiro – devem ser analisadas. Deixar de lado esse “detalhe”, é omitir um componente fundamental que ilumina a identidade política dessas cidades.

²⁷ Giulio Argan. História da arte como história da cidade, op. cit., p. 111.